



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

Relatório de Gestão do exercício de 2010

Campus Cruzeiro do Sul



Campus Sena Madureira



Campus Rio Branco

Campus Xapuri

RIO BRANCO

2010



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

Relatório de Gestão do exercício de 2010

Relatório de gestão do exercício de 2010 do Instituto federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC, subordinado ao Ministério da Educação – MEC, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa - TCU nº 107 de 27 de outubro de 2010, da Decisão Normativa - TCU nº 110, de 1º de dezembro de 2010, Portaria - TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010 com observância a Resolução TCU nº 234, de 1º de setembro de 2010 e das orientações do órgão de controle interno constantes da Portaria CGU 2546/2010.

Unidades responsáveis pelos dados e informações:

Pró-reitoria de Administração; Diretoria de gestão de pessoas; Auditoria interna.

Responsáveis pela elaboração e envio do relatório de gestão 2010 do IFAC:

Liliane Maria Nery Andrade
Thiago Euzébio Pinheiro

3ª Edição – Revisada em agosto/2011

RIO BRANCO
2010

Equipe Responsável pela Gestão do Exercício de 2010

Reitoria

Reitor

Marcelo Minghelli - a partir de 30/11/2010

Elias Vieira de Oliveira - até 29/11/2010

Procurador Federal junto ao IFAC

Breno Augusto Cavalcante da Fonseca

Auditor Interno

Pablo Angelin Hall

Chefe de Gabinete

Luís Henrique Vieira

Diretor de Gestão de Pessoas

Maicon Weipert de Oliveira – até 22/12/2010

Diretor de Tecnologia da Informação

Ana Carla Holanda – a partir de 30/08/2010

Anderson Galvão - até 29/08/2010

Pró-reitor de Ensino

Degmar Francisco dos Anjos

Pró-reitor de Pesquisa e Inovação

Luiz Pedro de Melo Plese

Pró-reitora de Extensão

Maria Conceição de Lima Cabral

Pró-reitor de Administração

Maria das Graças Alves Pereira – a partir de 10/08/2010

Paulo Assis Cavalcanti Nascimento - até 09/08/2010

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Carlos Roberto Coelho Martins – a partir de 01/08/2010

Diretores Gerais dos *Campi*

Campus Rio Branco - Paulo Assis Cavalcanti Nascimento – a partir de 10/08/2010 ; Carlos Roberto Coelho Martins 22/02/2010 a 31/07/2010.

Campus Avançado Xapuri - Wemerson Fittipaldu de Oliveira – a partir de 20/12/2010; Sérgio Guimarães da Costa Flórido - até 19/12/2010.

Campus Cruzeiro do Sul - Neri Jorge Golynski

Campus Sena Madureira - Sérgio Guimarães da Costa Flórido – a partir de 20/12/2010; Jane Amorim - até 19/12/2010

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
A. PARTE DO ANEXO II DA DN TCU Nº107/2010 – CONTEÚDO GERAL	11
1. IDENTIFICAÇÃO	11
(PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)	11
1.1 Relatório de gestão individual	11
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E A GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO IFAC	12
(PARTE A ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)	12
2.1 Caracterizações da instituição e competência institucional	12
2.2 Missão, visão, princípios e objetivos institucionais	13
2.3 Estrutura Organizacional e Instancias de Decisão	14
2.3.1 ÓRGÃOS COLEGIADOS	14
2.4. Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas	17
2.5 Programas de governo sob a responsabilidade do IFAC	18
2.6. Desempenho orçamentário/Financeiro	21
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	28
(PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)	28
4. RESTOS A PAGAR	29
(PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)	29
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	29
5. RECURSOS HUMANOS	30
(PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)	30
5.1 Composição do quadro de servidores ativos	30
5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	31
5.3 Composição do quadro de estagiários	32
5.4 Composição do custo de recursos humanos	32
5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra	33
5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	34
6. CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU DE ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	35
(PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)	35
7. CONTROLES INTERNOS	36
(PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)	36
7.1 Estrutura de controles internos da UJ	36
7.2 Relato do Auditor Interno	37
8. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	42
(PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)	42
8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	42
9. BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	44

(PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010	44
9.1 Gestão de bens Imóveis de Uso Especial	44
10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	45
(PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TEC Nº107, DE 27 10/2010)	45
10.1 Gestão de Tecnologia da Informação	45
11. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS	46
(PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS).....	46
12. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU	47
(PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO).....	47
B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	48
13. DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	48
(PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107 /2010 DE 27/10/2010)	48
13.1 Declaração Plena do Contador.....	48
14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº107 , DE 27/10/2010	49
C. PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	50
15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº57, DE 27/10/2010 - INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO	50
16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº57, DE 27/10/2010 - INFORMAÇÕES A RESPEITO DOS SALDOS DOS FINANCIAMENTOS, RENEGOCIAÇÕES, AÇÕES DE EXECUÇÃO, RESSARCIMENTOS E INADIMPLÊNCIA DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO	51
17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº57, DE 27/10/2010 - INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO Nº TCU 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES - ACÓRDÃO 2.267/2005 - TCU.....	52
17.1 Indicadores acadêmicos – Acórdão 2.267/2005 - TCU.....	52
17.2 Indicadores administrativos – Acórdão 2.267/2005 - TCU.....	56
18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº57, DE 27/10/2010.....	59
19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº57, DE 27/10/2010.....	60
20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº57, DE 27/10/2010.....	61
21. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº57, DE 27/10/2010.....	62
ANEXOS.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Identificação da UJ – relatório de gestão individual.....	11
Quadro II - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – PPA 1062	18
Quadro III - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – PPA 1067	19
Quadro IV - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – PPA 0750.....	19
Quadro V - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – PPA 0089	20
Quadro VI - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – PPA 1073.....	21
Quadro VII - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	21
Quadro VIII - Identificação das Unidades Orçamentárias	22
Quadro IX – Programação de despesas correntes	22
Quadro X - Programação de despesas correntes	22
Quadro XI – Quadro resumo da programação de despesas.....	23
Quadro XII – Movimentação orçamentária por grupo de despesa	23
Quadro XIII – Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ.....	24
Quadro XIV – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ	24
Quadro XV – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ	25
Quadro XVI – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	25
Quadro XVII – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	26
Quadro XVIII – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	26
Quadro XIX – Situação dos restos a pagar dos exercícios anteriores	29
Quadro XX – Composição do quadro de recursos humanos – situação em 30/12/2010.....	30
Quadro XXI – Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária – situação em 31/12/2010.....	30
Quadro XXII – Composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade – situação em 31/12/2010.....	31
Quadro XXIII – Composição do quadro de servidores inativos – situação em 31/12/2010.....	31
Quadro XXIV – Composição do quadro de instituidores de pensão – situação em 31/12/2010.....	31
Quadro XXV – Composição do quadro de estagiários – situação em 31/12/2010.....	32
Quadro XXVI – Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios 2008, 2009 e 2010 – situação em 31/12/2010	32
Quadro XXVII – Contratos de prestação de serviços vigilância ostensiva.	33
Quadro XXVIII – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene.	33
Quadro XXIX – Estrutura de controles internos do IFAC	36
Quadro XXX – Gestão ambiental e licitação sustentáveis	42
Quadro XXXI – Gestão de TI da UJ	45
Quadro XXXII – Declaração do Contador.....	48
Quadro XXXIII – Indicadores educacionais	53
Quadro XXXIV – Relação candidato/vaga	53
Quadro XXXIV – Relação candidato/vaga	54
Quadro XXXV – Relação concluinte/aluno	54
Quadro XXXVI – Relação concluinte/aluno.....	54
Quadro XXXVII – Índice de retenção do fluxo escolar.....	55
Quadro XXXVIII – Relação alunos docentes em tempo integral	55
Quadro XXXIX – Índice de titulação do corpo docente	56

Quadro XL – Gastos correntes por alunos	56
Quadro XLII – Percentual de Gastos com Pessoal.....	57
Quadro XLIII – Percentual de gastos com outros custeios	57
Quadro XLIV – Percentual de Gastos com Investimentos.....	58

COMPLEMENTOS À 1ª EDIÇÃO

Em observância ao Ofício nº31/2011 - Secex/AC, prestamos esclarecimentos relativos aos tópicos de a.1 até a.21, já incorporadas a esta 2ª versão do Relatório de Gestão 2010 do IFAC conforme resumo:

- a.1) competência institucional e objetivos estratégicos e responsabilidade institucionais – incorporados ao relatório
- a.2) análise do plano estratégico e análise do plano de ação - incorporados ao relatório
- a.3) análise crítica da execução dos programas de governo - incorporados ao relatório
- a.4) análise crítica do item movimentação orçamentária - incorporados ao relatório
- a.5) análise crítica do item execução orçamentária - incorporados ao relatório
- a.6) reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos - não houve reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2010 do IFAC
- a.7) Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores – incorporados ao relatório
- a.8) Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra - incorporados ao relatório
- a.9) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos - incorporados ao relatório
- a.10) Esta UJ não detém CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU DE ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA com repasses de recursos públicos, motivo pelo qual o item “6” do Relatório de Gestão não se aplica ao IFAC.
- a.11) declaração da área responsável sobre contratos e convênios - incorporados ao relatório como ANEXO
- a.12) Não se aplica ao IFAC
- a.13) Não se aplica ao IFAC
- a.14) inclusa no relatório
- a.15) cartões de pagamento – Não utilizado no IFAC
- a.16) esta uj não detém registro de renúncia tributária no exercício de 2010, motivo pelo qual o item “11” não se aplica ao IFAC.
- a.17) inclusa no relatório
- a.18) inclusa no relatório
- a.19) inclusa no relatório
- a.20) inclusa no relatório
- a.21) Não se aplica ao IFAC

INTRODUÇÃO

Este documento tem por finalidade evidenciar de forma detalhada as atividades desenvolvidas no exercício de 2010 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas. O projeto de criação dos institutos foi aprovado pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e sancionado pela presidência da República em 29 de dezembro de 2008, sendo publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2008.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC foi criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que sancionou a lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, através da transformação da Escola Técnica Federal do Acre sob a responsabilidade do Instituto Federal do Amazonas – IFAM tendo em vista a atribuição de competência dada através da Portaria Ministerial nº 1.065 de 13 de novembro de 2007, publicada em 14/11/2007, ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas, que foi transformado no Instituto Federal do Amazonas – IFAM. Por consequência, os recursos relacionados à contratação das empresas para construção dos *Campi* e da sede do IFAC, bem como a aquisição de alguns materiais e equipamentos, ficaram sob a responsabilidade do IFAM.

Em 07 de janeiro de 2009 foi nomeado o servidor José Carlos Nunes de Mello para exercer a função de Reitor *pro tempore* do IFAC, conforme portaria Ministerial nº 19 de 08/01/2009, tendo o mesmo em 17 de dezembro de 2009, sido substituído pelo senhor Elias Vieira de Oliveira, através da Portaria Ministerial nº 1.192, de 17 de dezembro de 2009, publicada em 18/12/2009. No primeiro semestre do exercício de 2010, foram realizados cinco concursos públicos para admissão de docentes e servidores para o IFAC.

Em 19 de novembro de 2010, o senhor Elias Vieira de Oliveira foi exonerado, a pedido, através da Portaria nº 1.336 e o professor Marcelo Minghelli foi nomeado Reitor *pro tempore* do IFAC, através da portaria Ministerial nº 1.337 de 19 de novembro de 2010, publicada em 22/11/2010.

As atividades acadêmicas do IFAC iniciaram-se no segundo semestre de 2010, funcionando com 03 (três) *Campi* e 01(hum) Campus avançado. O Campus de Rio Branco funciona atualmente em imóvel locado tendo a finalização da obra da sede prevista para setembro de 2011. O Campus de Cruzeiro do Sul também funciona em imóvel cedido pelo Governo do Estado e tem como previsão de conclusão das obras da sede própria o mês de julho/2011 e o *Campus* sediado no município de Sena Madureira também instalado em prédio cedido pelo Governo do Estado, têm como previsão de conclusão das obras da nova sede o mês de dezembro/2011. Vale ressaltar, a existência do *Campus Avançado* de Xapuri, funcionando em imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de Xapuri, mudando em dezembro de 2010 para a nova sede doada pelo Governo do Estado.

O Relatório de Gestão foi estruturado seguindo as recomendações da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 – que estabelece as normas de organização e de apresentação dos Relatórios de Gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da Administração Pública Federal, na Decisão Normativa TCU nº 107/2010 – que define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar o relatório de gestão referente ao exercício de 2010, e na Portaria TCU nº 277/2010 – Dispõe sobre as orientações às unidades jurisdicionadas quanto ao preenchimento dos conteúdos dos Relatórios de Gestão 2010.

Este Relatório de Gestão do exercício de 2010 do IFAC está estruturado em três partes: A, B e C. Na parte “A” integram os tópicos de 01 a 12; a parte B está composta pelo tópicos de números 13 e 14 e a parte “C” de 15 a 21.

Alguns itens da DN 107/2010 não se aplicam à realidade dessa UG conforme o exposto:

Na parte “A”, tópico 3, Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos, informamos que não houve reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2010 do IFAC; no tópico 5.2, composição do quadro de servidores inativos e pensionistas, o IFAC ainda não possui servidores inativos no seu quadro em razão de ser uma autarquia muito jovem; no 5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos, não foram construídos, tampouco calculados pois o no exercício de 2010 o IFAC iniciou suas atividades com escassez de servidores, trabalhando com docentes de diversas áreas com o objetivo de garantir a sua finalidade. Em razão disso não foi possível desenvolver uma política de gestão de pessoas, no entanto os indicadores acadêmicos e administrativos estão informados no tópico 17, parte C, item 7, do anexo II da DN TCU nº57, de 27/10/2010 - indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão nº TCU 408/2002 – plenário e modificações posteriores - acórdão 2.267/2005 – TCU.

No tópico 6. parte a, item 6, do anexo II da DN TCU Nº107, de 27/10/2010, esta UJ não detém convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou de acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência com repasses de recursos públicos, motivo pelo qual o referido item não se aplica ao IFAC.

No tópico 9, parte A, item 11, do anexo II da DN TCU Nº107, de 27/10/2010 essa UJ não detém gestão de bens imóveis de uso especial, motivo pelo qual o item “9” não se aplica ao IFAC. Com relação ao tópico 12.

Na parte A, item 15, do anexo II informamos que não houve nenhuma deliberação, uma vez que o TCU determinou nenhuma providência ou recomendou alguma ação; com relação ao relatório de auditoria da unidade não houve nenhuma recomendação.

Na parte “C”, Essa UJ não tem vinculação com a Justiça Eleitoral e que os tópicos 16,18,19 e 20 não se aplicam em razão da natureza jurídica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Este relatório sintetiza os principais dados que retratam a atuação do IFAC nos mais diferentes cenários, em 2010.

A. PARTE DO ANEXO II DA DN TCU Nº107/2010 – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO

(PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)

1.1 Relatório de gestão individual

Quadro I - Identificação da UJ – relatório de gestão individual

Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da educação - MEC			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre			
Denominação abreviada: IFAC			
Código SIORG: 094427	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 26425
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico			Código CNAE: 854
Telefones/Fax de contato:	(68) 3223-6238	(068) 3442-9883	(068) 3224-7138
E-mail: reitoria@ifac.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifac.edu.br			
Endereço Postal: Avenida Antônio da Rocha Viana, 1812. Vila Ivonete. Rio Branco – AC – CEP: 69.914-610			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicado no DOU em 30 de dezembro de 2008.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto do Instituto federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre-IFAC, publicado através da resolução nº03 de 01 de setembro de 2009, DOU 171, seção 1, página 30 de 08/09/2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158156	IF DO ACRE		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26425	IF DO ACRE		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E A GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO IFAC (PARTE A ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)

2.1 Caracterizações da instituição e competência institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, criado pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre, é uma Autarquia com atuação no Estado do Acre, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É instituição pública de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, com *campi* em Rio Branco, Cruzeiro do Sul, e Sena Madureira e o Campus Avançado de Xapuri, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos humanos, técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei.

Segundo o artigo 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação profissional e tecnológica compõe os objetivos da educação nacional e integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação. Durante o ano letivo de 2010, o Instituto Federal do Acre ofereceu cursos de formação inicial e continuada e de formação técnica de nível médio.

São eles:

a) Curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (FIC): cursos de duração variada que têm como objetivo a qualificação de trabalhadores. Os Campi ofertaram, ainda, diversos Cursos de Formação Inicial e Continuada.

b) Curso de educação profissional técnica de nível médio:

- cursos técnicos subseqüentes: destinados aos portadores de certificado de ensino médio;

- cursos técnicos integrados ao ensino médio: oferecidos aos portadores de certificado de nível fundamental, buscam articular os conteúdos de formação geral e formação técnica, com matrícula única para o aluno na mesma instituição.

No segundo semestre de 2010 todos os campi ofereceram cursos técnicos de nível médio, tendo sido criados seis cursos técnicos subseqüentes e dois cursos técnicos integrados, na modalidade PROEJA.

c) Curso de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação

O IFAC entende, para fins de registro acadêmico, os de nível médio e os de graduação e pós-graduação como cursos regulares. Eles possuem duração prolongada (variando de três a oito semestres o tempo de conclusão de uma turma) e, em geral, oferta contínua. Em 2010, não houve oferta de cursos de graduação e pós-graduação no IFAC.

Estão em funcionamento três campi do IFAC e um Campus Avançado. A Reitoria e os quatro campi estão funcionando em sede provisória. Os prédios definitivos estão em processo de construção.

Atualmente o IFAC possui as seguintes sedes:

i. Reitoria: Sede provisória: Rua Cel. José Galdino, 495, Ed. Espaço 795, Rio Branco – Acre, CEP: 69.909-760.

ii. Campus Rio Branco: Avenida Antonio da Rocha Viana, 1.812, Vila Ivonete, Rio Branco – Acre, CEP: 69914-610

iii. Campus Cruzeiro do Sul: Rua Paraná, 865, Bairro 25 de Agosto, Cruzeiro do Sul – AC, CEP 69980-000.

iv. Campus Sena Madureira: Rua João Marçal, 231, Bairro CSU, Sena Madureira - AC, 69940-000

- v. Campus Avançado Xapuri: Rua Cel. Brandão, 534, Centro, Xapuri – AC, CEP 69.909-000

2.2 Missão, visão, princípios e objetivos institucionais

A atuação do Instituto Federal do Acre é pautada no seu Estatuto, no Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013 e no Termo de Metas firmado entre o IFAC e a SETEC.

Os dois primeiros documentos tratam da visão, da missão e dos valores do Instituto, bem como dos seus objetivos, da sua finalidade e da organização administrativa do Instituto. O Termo de Metas, por sua vez, traz uma série de metas para as áreas de ensino, pesquisa e extensão, de forma a inserir a atuação do IFAC no contexto das ações macro da SETEC e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Durante o ano de 2010 foi dado início à construção do Projeto Pedagógico Institucional – PPI, que é o documento que trará as concepções da comunidade do IFAC a respeito de como materializar sua missão, sua visão e seus valores em estratégias pedagógicas.

No PDI e no Estatuto do IFAC estão algumas diretrizes para sua atuação. Destacamos aqui a missão, a visão, os princípios e os objetivos gerais desta instituição:

Missão: Promover, mediante ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, uma educação de qualidade social, contribuindo para o crescimento socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e o setor produtivo.

Visão: Ser uma Instituição de referência nacional em formação humanística, profissional e tecnológica que promove educação, ciência e tecnologia de forma sustentável e sempre em benefício da sociedade

Princípios

- Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; e
- Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Objetivos Gerais:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- ministrar em nível de educação superior:
 - cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

2.3 Estrutura Organizacional e Instancias de Decisão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre implementou sua gestão administrativa a partir de uma estrutura organizacional matricial que compreende três níveis hierárquicos:

- No plano estratégico, as políticas, as diretrizes e o planejamento *multicampi*, não sujeitos às deliberações do Conselho Superior, são definidas pela Reitoria, Pró-Reitorias e Direções dos *Campi*;
- No plano tático, a implantação das decisões estabelecidas no nível estratégico e que afetam diretamente o *Campus* está sob a responsabilidade da Diretoria do Campus e das suas Diretorias e Departamentos. A Diretoria do *Campus* possui autonomia na gestão dos seus recursos financeiros e materiais, observados os limites da legislação pertinente;
- No plano operacional, a execução e o acompanhamento tanto das políticas gerais do Instituto quanto das diretrizes de cada *Campus* estão sob a responsabilidade dos Departamentos e dos seus setores de apoio, de acordo com o organograma simplificado dos *Campi* do Instituto.

Para administrar seu quadro de pessoal e sua infraestrutura física, o Instituto Federal do Acre contará com as seguintes estruturas administrativas definidas em:

2.3.1 ÓRGÃOS COLEGIADOS

2.3.1.1 CONSELHO SUPERIOR: Órgão deliberativo e consultivo, que observará na sua composição, o princípio da gestão democrática, na forma da legislação em vigor, e terá seus membros designados por ato do Ministro de Estado da Educação. O Conselho Superior do IFAC encontra-se em fase de construção.

Na proposta do estatuto do IFAC o Conselho Superior tem em sua composição: Reitor, como presidente; 02 (dois) representantes dos servidores docentes, eleitos por seus pares; 02 (dois) representantes do corpo discente, eleitos por seus pares; 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares; 02 (dois) representantes dos egressos da instituição;

06 (seis) representantes da sociedade civil, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais; 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; O último ex-Reitor; e 02 (dois) representantes do Colégio de Dirigentes.

2.3.1.2 COLÉGIO DE DIRIGENTES: Órgão consultivo de apoio ao processo decisório da reitoria terá seus membros designados por ato do Reitor do Instituto Federal do Acre. Na proposta do estatuto do IFAC o Colégio de Dirigentes tem em sua composição: o Reitor, como presidente; os Pró-Reitores; e os Diretores-Gerais dos *Campi*.

2.3.1.3 CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: Órgão superior deliberativo e consultivo, que tem como função coordenar as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFAC. Na proposta de estatuto do IFAC o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, tem a seguinte composição: Reitor, como seu presidente; Pró-Reitor de Ensino; Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação; Pró-Reitor de Extensão; Diretores de Departamento de Ensino dos Campi; Diretores de Departamento de Pesquisa e Inovação dos Campi; Diretores de Departamento de Extensão dos Campi; 01(um) representante das coordenadorias dos cursos técnicos, eleito com o suplente, dentre os coordenadores dos respectivos cursos; 01 (um) representante das coordenadorias dos cursos de graduação, eleito com o suplente, dentre os coordenadores dos respectivos cursos; 01 (um) representante das coordenadorias dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, eleito com o suplente, dentre os coordenadores dos respectivos cursos; 01 (um) representante docente do ensino médio, eleito com o suplente, dentre os seus pares; 04 (quatro) representantes dos estudantes, com os suplentes, sendo 01 (um) do ensino técnico, 01 (um) da graduação e 01 (um) da pós-graduação, eleitos dentre seus pares; 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos e respectivo suplente, eleitos por seus pares.

2.3.2 ÓRGÃOS EXECUTIVOS

2.3.2.1 REITORIA

O IFAC é dirigido por um Reitor, nomeado na forma da legislação em vigor, para um mandato de quatro anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

2.3.2.2 PRÓ-REITORIAS

a) **Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional**, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-Reitorias e os Campi.

b) **Pró-Reitoria de Ensino**, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.

c) **Pró-Reitoria de Extensão**, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.

d) Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de pesquisa, integrada ao ensino e à extensão, bem como promove ações na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia e inovação tecnológica.

e) Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de planejamento, de administração, de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

2.3.3 DIRETORIAS-GERAIS

Os Diretores-Gerais são escolhidos e nomeados para mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução, e têm a finalidade de promover suas próprias atividades, nos termos especificados no Regimento Geral do IFAC.

2.3.4 DIRETORIAS SISTÊMICAS

Órgãos dirigidos por Diretores nomeados pelo Reitor, responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação.

2.3.5 Órgãos Representativos

Tendo como base o princípio de autonomia administrativa estabelecido na Lei de criação dos Institutos Federais, que garante a representatividade dos *Campi* nas Comissões Gerais: CPPD, CIS/PCCTAE e Ética e a constituição, em cada campus, de subcomissão, na qual, dentre outros membros, haverá um representante da Comissão Geral.

2.3.5.1 Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): prevista no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), esta comissão, vinculada à Administração Superior, é órgão encarregado da formulação, acompanhamento e execução da política de pessoal docente, com caráter deliberativo e de assessoramento.

2.3.5.2 Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação, prevista no § 3º, do Art. 22, da Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é composta por servidores integrantes do Plano de Carreira. Esta comissão tem a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a implantação do PCCTAE no âmbito do Instituto Federal do Acre, e de propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.

2.3.5.3 Comissão de Ética - O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994), elenca os principais deveres e as condutas que são proibidas ao servidor público. Outros instrumentos legais também tratam da ética e suas implicações, dentre eles: a Lei nº 8.429/1992 (sanções aplicáveis aos agentes públicos por ato de improbidade administrativa), o Decreto de 26 de maio de 1999 (Comissão de Ética Pública) e o Código de Conduta da Alta Administração Federal, de 21 de agosto de 2001.

O Código dispõe que em todos os órgãos e entidades da Administração Pública deverá ser criada uma Comissão de Ética encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do

servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Nesse sentido, será criada a Comissão de Ética do Instituto Federal do Acre que terá sua atuação vinculada ao Reitor do Instituto.

2. 4. Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

No âmbito do ensino:

2.4.1 Direção de Ensino: Desenvolve ações de planejamento, coordenação, e acompanhamento das atividades de ensino, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação (MEC). Acompanha, supervisiona e avalia a execução dos planos, programas e projetos educacionais, propondo, com base no resultado da avaliação, a adoção de providências orientadas à melhoria da qualidade educativa do IFAC;

2.4.2 Coordenadoria de Apoio Administrativo: Prepara, encaminha e revista os atos administrativos ou normativos encaminhados à assinatura ou aprovação do Diretor. Coordena e orienta a execução das atividades administrativas da Diretoria;

2.4.3 Coordenadoria de Políticas de Inclusão: Coordena, acompanha e avalia a execução dos programas de acesso aos cursos de graduação e aos de educação profissional técnica de nível médio, em suas diferentes formas e modalidades no IFAC; além dos programas de avaliação do desenvolvimento acadêmico (rendimento escolar) dos alunos cotistas e da EJA nos diferentes níveis e modalidades de ensino, visando à promoção de ações de recuperação do rendimento escolar do alunado.

2.4.4 Coordenadoria de Registro Acadêmico e Diplomação: Realiza os cadastros básicos dos alunos ingressos, realiza alimentação de dados e manutenção no sistema acadêmico e emite e registra certificados e/ou diplomas de conclusão das habilitações em todos os cursos da Educação Profissional e Tecnológica, da Graduação em Licenciatura e Bacharelado.

2.4.5 Departamentos Acadêmicos: orienta, coordena e controla o desenvolvimento das atividades do ensino dos cursos da Educação Profissional e Tecnológica, da Graduação em Licenciatura e Bacharelado;

2.4.6 Coordenação de Cursos: É responsável pela organização e operacionalização dos cursos, horários, salas de aula, disciplinas, turmas e professores para o período letivo; supervisiona a execução do projeto pedagógico do curso e acompanhar o processo de avaliação utilizado pelos professores.

2.4.6 Coordenação de Biblioteca: Coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades da Biblioteca;

2.4.7 Coordenadoria de Turnos: Acompanha a dinâmica de organização do ensino em cada turno: falta de docentes, horário dos professores, diários de classe, suprimento de materiais e equipamentos.

No âmbito da Pesquisa e Inovação:

2.4.8 A Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação – DPP tem como atribuição coordenar e avaliar as atividades de pesquisa e pós-graduação, com base na política de pesquisa e pós-graduação definida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

No âmbito da Extensão

2.4.9 Diretoria de Extensão: Promove, apoia e avalia as atividades de extensão do IFAC junto à comunidade em geral, ao setor empresarial em particular e aos egressos; formula políticas de relações empresariais e comunitárias, avaliando suas tendências e identificando as perspectivas e estratégias do mundo produtivo; aprofunda a integração do IFAC com os diversos segmentos produtivos e com a sociedade, visando intensificar política de parcerias no sentido de ampliar a captação de recursos próprios, obter informações permanentemente das tendências do processo produtivo e das necessidades de qualificação, requalificação ou reconversão profissional dos trabalhadores empregados ou desempregados.

2.5 Programas de governo sob a responsabilidade do IFAC

Os Quadros II, III, IV, V e VI refletem as informações orçamentárias e financeiras da execução dos programas de Governo realizados, porém no acompanhamento não houve uma mensuração dos resultados previstos e alcançados através de indicadores. Entretanto, no exercício de 2011 já estão sendo elaborados indicadores para um acompanhamento dos programas.

2.5.1 Execução dos programas de governo sob responsabilidade da UJ

Quadro II - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – PPA 1062

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Tipo do Programa: Programa Finalístico						
Objetivo Geral: Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade.						
Objetivos Específicos: Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.						
Gerente: MEC/SETEC				Responsável: Maria das Graças Alves Pereira		
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
19.345.450,00	20.545.450,00	18.573.000,96	9.428.855,90	9.144.145,06	8.444.345,51	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	real	31/12/2010	95,55%	100%	100,00	91,74%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
$\sum \text{total de orçamento empenhado} \times 100 \div \sum \text{total de orçamento recebido}$						
Análise do Resultado Alcançado:						
O IFAC recebeu como dotação inicial na ação 1062 R\$ 19.345.450,00, recebendo valores adicionais no decorrer do exercício 2010, totalizando R\$ 20.545.450,00, tendo executado 91,74% do total de recursos recebidos, tendo sido uma execução aceitável, levando-se em consideração as dificuldades de instalação de um instituto, com contratação de pessoal, estes sem conhecimento das práticas administrativas na esfera federal.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Unidade implantada	31/12/2010	00,00	04,00	03,00	133,33%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
$\sum \text{unidades previstas} \times 100 \div \sum \text{unidades implantadas}$						
Análise do Resultado Alcançado:						

Com a criação do IFAC, foi proposta a instalação de três campus (Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira), campus estes implantados, porém, devido a identificação de demanda e de necessidade pela oferta de ensino técnico e tecnológico, foi implantado um campus avançado na cidade de Xapurí, vinculado ao campus Rio Branco, tendo sido doado pelo governo do estado do Acre pela municipalidade uma escola. O índice atingido acima da previsão deve-se a instalação desta unidade.

O resultado material foi atingido, porém as unidades, inicialmente, trabalhavam de forma precária, sem condições de desenvolvimento pleno de suas atividades com a qualidade necessária.

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Aluno atendido	31/12/2010	400	310	100%	77,50%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$\sum \text{total de alunos atingidos} \times 100 \div \sum \text{total previsto de alunos a serem atendidos}$						
Análise do Resultado Alcançado						
O IFAC foi implantado tendo previsão de atender 400 estudantes, porém no decorrer do exercício atingiu 77,50% da sua previsão, o que mostra-se um resultado aceitável, devido as dificuldades de pessoal, estrutura física e material, todos os campus funcionavam em sedes provisórias (locadas ou cedidas pela municipalidade/estado), tendo de adaptar-se as rotinas dos cedentes, não podendo instalar equipamentos, aumentar a oferta de vagas, mesmo tendo, através de concurso público, contratado corpo docente capacitado.						

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação - SIMEC

Quadro III - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – PPA 1067

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1067		Denominação: Gestão da Política de Educação				
Tipo do Programa: Programa de Apoio às Políticas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controles dos programas na área da educação.						
Objetivos Específicos: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços à sociedade e do crescimento profissional.						
Gerente: MEC/SETEC				Responsável: Maria das Graças Alves Pereira		
Público Alvo: Governo.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
30.000,00	30.000,00	1.650,00	1.650,00	0,00	1.650,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Serv. Capacitado	31/12/2010	01	01	100%	100%
Fórmula de Cálculo do Índice						
$\sum \text{servidores a serem capacitados} \times 100 \div \sum \text{servidores capacitados}$						
Análise do Resultado Alcançado						
O programa tem por finalidade promover a capacitação de servidores para atuarem na área de gestão, sendo capacitado o servidor responsável pela Auditoria Interna, atingindo plenamente o objetivo.						

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação - SIMEC

Quadro IV - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – PPA 0750

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Programa de Apoio às Políticas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Objetivos Específicos: .						
Gerente: MEC/SETEC				Responsável: Maria das Graças Alves Pereira		
Público Alvo: Governo.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
36.788,00	548.068,00	8.995,35	8.995,35	0,00	8.995,35	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Serv. Beneficiado	31/12/2010	788	10	100%	1,27%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>O programa tem por objetivo prover o servidor de assistência médica, a fim de dar-lhe condições de contratação de plano de saúde para si e seus dependentes. Devido não haver, até o final do exercício, a contratação de empresa prestadora de serviços de assistência a saúde, o benefício era repassado aos servidores na forma de ressarcimento, mediante comprovação do gasto, de acordo com os valores estabelecidos pelo MEC/MPOG, não sendo solicitado por todos os servidores. Deve-se levar em consideração que o quantitativo de servidores a serem beneficiados foi estabelecido pelo MEC (788 beneficiados), quando no final do exercício o IFAC contava com 117 servidores.</p>						

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação - SIMEC

Quadro V - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – PPA 0089

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa: Programa de Apoio às Políticas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.						
Objetivos Específicos: Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.						
Gerente: MEC/SETEC				Responsável: Maria das Graças Alves Pereira		
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
39.600,00	39.600,00	2.894,84	2.894,84	0,00	2.894,84	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Inativo beneficiado	31/12/2010	00,00	00,00	00,00	00,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Não há aposentados, o valor constante como pagamento de 13º salário a inativos ocorreu por erro de lançamento. A servidora não corrigiu durante o exercício 2010, causando inconsistência de informação.</p>						

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação - SIMEC

Quadro VI - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – PPA 1073

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1073		Denominação: Brasil Universitário				
Tipo do Programa: Programa Finalístico.						
Objetivo Geral: Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade.						
Objetivos Específicos: Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.						
Gerente: MEC/SETEC			Responsável: Maria das Graças Alves Pereira			
Público Alvo: Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, bom como bolsistas da IES privadas.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
40.000,00	192.000,00	125.539,77	125.539,77	0,00	125.539,77	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Docente atendido	31/12/2010	Não há	Não há	Não há	Não há
Fórmula de Cálculo do Índice: não há quantitativo definido na LOA						
Análise do Resultado Alcançado:						
O valor destina-se ao pagamento de titulação dos servidores, com vistas a melhoria da qualidade do ensino.						

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação - SIMEC

2.6. Desempenho orçamentário/Financeiro

O Quadro VII reflete a avaliação das ações com relação as metas previstas e realizadas, porém não foi definido formalmente a prioridade de execução de cada ação.

Quadro VII - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
09	272	0089	0181	OP	4	Pessoa beneficiada	1	0	1
12	122	1073	09HB	OP	4				
12	306	0750	2011	A	4	Servidor beneficiado	11	1	132
12	363	1062	2992	A	4	Aluno matriculado	400	335	400
12	365	0750	2010	A	4	Criança atendida	15	23	54
12	128	1067	4572	A	4	Servidor capacitado	45	1	45
12	363	1062	1H10	P	3	Unidade de ensino implantada	3	3	3
12	363	1062	2994	A	4	Aluno assistido	50	1	50
12	363	1062	6301	A	4	Volume disponibilizado	70		70
12	363	1062	6358	A	4	Pessoa capacitada	60	0	60

12	363	1062	6364	A	4	Veículo adquirido	1	19	0
12	363	1062	8650	A	3	Unidade reestruturada	1	3	1
12	301	0750	20CW	A	4	Servidor beneficiado	234	0	234
12	301	0750	2004	A	4	Pessoa beneficiada	234	0	234

Fontes: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI
Sistema Integrado de Dados Orçamentários na Internet – SIDORNET
Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação - SIMEC

Quadro VIII - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal do Acre – IFAC	26425	158156

O Quadro VIII evidencia uma involução do exercício de 2009 para 2010 no que tange as despesas correntes de pessoal e encargos em virtude de no exercício de 2009 não ter havido as contratações previstas incorrendo em devolução de recursos. Já em 2010, em razão das contratações foi necessário crédito suplementar. Situação similar ocorreu com o item Outras despesas correntes.

2.6.1 Programação orçamentária da despesa

Quadro IX – Programação de despesas correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA		4.899.825,00	119.600,00			821.816,00	3.905.690,00
CRÉDITOS	Suplementares			1.352.000,00				1.352.224,00
	Especiais	Abertos					113,00	
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados		3.500.000,00						
Outras Operações								
Total		1.399.825,00	1.471.600,00			821.929,00	5.257.914,00	

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI Gerencial

Na busca da efetividade de algumas ações, imprescindíveis ao funcionamento desse instituto, houve necessidade de readequar os recursos às ações que estavam sendo executadas incorrendo em cancelamento/suplementação de créditos.

Quadro X - Programação de despesas correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010

LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA		150.000,00	15.478.548,00			
CRÉDITOS	Suplementares			3.760.259,00			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados			3.760.259,00				
Outras Operações							
Total		150.000,00	15.478.548,00				

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI Gerencial

Quadro XI – Quadro resumo da programação de despesas

		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA		5.721.641,00	4.025.290,00	150.000,00	15.478.548,00	
CRÉDITOS	Suplementares			2.704.224,00		3.760.259,00	
	Especiais	Abertos	113,00				
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados		3.500.000,00			3.760.259,00		
Outras Operações							
Total		2.221.754,00	6.729.514,00	150.000,00	15.478.548,00		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI Gerencial

No que tange as despesas com pessoal, no exercício de 2010, foi necessário utilizar recursos do Instituto Federal do Amazonas para pagamento dos servidores contratados, uma vez que não foram alocados recursos com pessoal suficientes devido a baixa execução no exercício de 2009.

Quadro XII – Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos				
	Recebidos				
Movimentação Externa	Concedidos	26403	12.363.1062.1H10.0012		135.482,85
	Recebidos	26403	12.122.1062.09HB.0001	311.575,68	
			12.363.1062.2992.0013	2.785.633,17	
			12.301.0750.2004.0013		1.531,00
			12.306.0750.2012.0013		69.920,00
			12.331.0750.2011.0013		728,85
			12.365.0750.2010.0013		4.669,50
	26101	12.363.1062.6380.0001		426.498,50	

3 – Outras Despesas Correntes	164.542,77	3.974.847,84	117.767,56	3.289.348,11	46.775,21	685.499,73	117.767,56	3.012.276,00
3.3.90.39	79.327,90	725.262,77	39.885,00	558.763,65	39.442,90	166.499,12	39.885,00	305.626,53
3.3.90.36	7.980,00	636.544,08	7.980,00	616.549,08		19.995,00	7.980,00	603.984,66
3.3.90.33	30.000,00	464.549,00	30.000,00	354.978,47		109.570,53	30.000,00	354.978,47
Demais elementos do grupo	47.234,87	2.148.491,99	39.902,56	1.759.056,91	7.332,31	389.435,08	39.902,56	1.747.686,34

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI Gerencial

Em referência ao Quadro XV fica observado que houve um dispêndio elevado na rubrica 4.4.90.52 – *Equipamentos e material permanente* devido o Instituto ter sido criado de fato somente no exercício de 2010, necessitando assim, de todos os materiais (mesas, cadeiras, computadores, carros e etc..) necessários ao funcionamento.

Quadro XV – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos		14.864.822,65		6.406.177,32		8.458.645,33		5.727.925,45
4.4.90.52		10.070.061,29		2.064.963,50		8.005.097,79		1.386.711,63
4.4.90.51		4.700.626,36		4.298.963,82		401.662,54		4.298.963,82
4.4.90.39		94.135,00		42.250,00		51.885,00		42.250,00
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI Gerencial

Quadro XVI – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				

Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI Gerencial

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

(PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)

a. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2010 do IFAC.

4. RESTOS A PAGAR

(PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)

Os valores constantes do quadro de restos a pagar não processados são oriundos de transferência de crédito empenhado pela Escola Técnica Federal do Acre, quando da transformação daquela instituição no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Unidade Orçamentária nº 26353).

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro XIX – Situação dos restos a pagar dos exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	de	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009					
2008					
...					
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	de	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009		46.775,21		45.220,31	1.554,90
2008					
...					
Observações: Os valores constantes do quadro de restos a pagar não processados são oriundos de transferência de crédito empenhado pela Escola Técnica Federal do Acre, quando da transformação daquela instituição no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. (Unidade Orçamentária nº 26353).					

5. RECURSOS HUMANOS

(PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro XX – Composição do quadro de recursos humanos – situação em 30/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	151	108	108	4
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	149	106	106	3
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	133	90	90	1
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	1	1	1	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	2	2	2	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	13	13	13	2
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	2	2	2	1
1.4.1 Cedidos	2	2	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	9	9	9	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	9	9	9	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	-	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	160	117	117	4

Fonte: SIAPE

Quadro XXI – Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária – situação em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	36	46	20	4	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	36	44	20	4	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	2	-	-	-
2.Provimento de cargo em comissão	3	6	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	6	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE

Quadro XXII – Composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade – situação em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	1	3	104	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	1	3	102	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	2	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	9	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	9	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

O IFAC ainda não possui servidores inativos no seu quadro.

Quadro XXIII – Composição do quadro de servidores inativos – situação em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	de	Aposentadorias em 2010
1 Integral	-		-
1.1 Voluntária	-		-
1.2 Compulsório	-		-
1.3 Invalidez Permanente	-		-
1.4 Outras	-		-
2 Proporcional	-		-
2.1 Voluntária	-		-
2.2 Compulsório	-		-
2.3 Invalidez Permanente	-		-
2.4 Outras	-		-

O IFAC ainda não possui servidores inativos no seu quadro.

Quadro XXIV – Composição do quadro de instituidores de pensão – situação em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	de	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	-		-
2. Proporcional	-		-

5.3 Composição do quadro de estagiários

Quadro XXV – Composição do quadro de estagiários – situação em 31/12/2010

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	-	-	-	21	
□ Área Fim	-	-	-	21	R\$ 21.840,00

5.4 Composição do custo de recursos humanos

Quadro XXVI – Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios 2008, 2009 e 2010 – situação em 31/12/2010

Tipologias / Exercícios	Vencimento e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	3.155.362,51	-	-	-	-	239.120,12	-	3.394.482,63
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	248.311,68	-	-	-	-	248.311,68
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	343.346,84	-	-	-	-	343.346,84
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	124.520,86	-	-	-	-	124.520,86

					contratadas		contratados							
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	09/2010	10.631.537/0001-03	19/07/10	17/10/10	4	4						E

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Processo nº 23244.000191/2010-22

Contrato/IFAC Nº 009/2010 de Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação, que entre si celebram o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC e a Empresa Conceitos.

Objeto: Contratação de serviços de limpeza e conservação, em caráter emergencial, com disponibilização de 04 (quatro) postos de trabalho de serventes para o Campus Rio Branco e Reitoria.

A contratação emergencial teve autorização da autoridade competente bem como parecer jurídico, termo de ratificação e publicação do extrato de contrato.

Este contrato teve sua Cláusula Nona (Da Vigência) do Contrato alterada, prorrogando o prazo de vigência para 14 de janeiro de 2011, conforme lhe facultava a legislação vigente.

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

No exercício de 2010 o IFAC iniciou suas atividades com escassez de servidores, trabalhando com docentes de diversas áreas com o objetivo de garantir a sua finalidade. Em razão disso não foi possível desenvolver uma política de gestão de pessoas.

6. CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU DE ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)

Esta UJ não detém convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou de acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência com repasses de recursos públicos, motivo pelo qual o item “6” não se aplica ao IFAC.

7. CONTROLES INTERNOS (PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)

7.1 Estrutura de controles internos da UJ

Quadro XXIX – Estrutura de controles internos do IFAC

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			x		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			x		
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente			x		

para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
<p>Considerações gerais:</p> <p>Sob a égide de atender inicialmente as demandas dos órgãos de controle interno da Administração Pública Federal, a UNAI desempenhou atividades que refletem a recente criação do IFAC, representando uma atuação tímida e voltada estritamente para o cumprimento da legislação em vigor.</p> <p>Estas atividades dizem respeito participação em treinamento, participação em eventos relevantes, cooperações técnicas e a árdua elaboração de documentos como o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT).</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

7.2 Relato do Auditor Interno

Conforme alude o Anexo III, definido pela forma do art. 1º, inciso II da IN TCU nº 63/2010, o Relatório de Gestão tem o objetivo de relatar as práticas reais da gestão de uma instituição ou órgão que foram empreendidas em exercício determinado, de forma a propiciar a visão mais completa possível da gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) confere grande gratidão em poder prestar seus serviços educacionais a sociedade e ao final confirmar suas práticas de gestão aos órgãos de Controle da Administração Pública Federal.

Criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e de multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

O IFAC se posiciona na Rede Federal de Educação como uma Autarquia voltada para a redução das desigualdades regionais, que promove a qualificação da população e se compromete a manter o desenvolvimento educacional.

A instituição da Unidade de Auditoria Interna (UNAI) do IFAC se deu com a nomeação do Servidor Pablo Angelim Hall, Servidor desta Instituição, para responder pela referida unidade, nomeado mediante publicação no DOU – Seção 2 – Ed. 150 - Pag. 13 de 06 de agosto de 2010.

Sob a égide de atender inicialmente as demandas dos órgãos de controle interno da Administração Pública Federal, a UNAI desempenhou atividades que refletem a recente criação do IFAC, representando uma atuação tímida e voltada estritamente para o cumprimento da legislação em vigor.

Estas atividades dizem respeito participação em treinamento, participação em eventos relevantes, cooperações técnicas e a árdua elaboração de documentos como o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT).

Deste modo, dada a relevância das atividades de controle no seio da Administração Pública Federal, passaremos a aduzir as informações sugeridas pela IN nº 107 instruída pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

7.2.1 Atividades gerais da UNAI desenvolvidas em 2010

A elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT) custou grande empenho por parte da UNAI, visto que não existia qualquer experiência para a elaboração do referido documento.

A UNAI buscou a experiência e o profissionalismo de outros Institutos Federais e Universidades Federais, onde suas Unidades de Auditoria Interna já realizam a elaboração dos referidos documentos há anos. A própria Controladoria Geral da União (CGU) sediada no Acre e a UNAI de outros Institutos Federais não pouparam esforços, auxiliando o IFAC em todas as dificuldades encontradas neste processo.

A elaboração do PAINT ocorreu entre os meses de agosto e outubro de 2010, sendo que entre novembro de 2010 e janeiro de 2011 a UNAI realizou as respectivas alterações sugeridas pela Controladoria Geral da União (CGU), tornando o PAINT o primeiro documento oficial elaborado por esta Auditoria.

A elaboração do RAINTE, por sua vez, se estendeu entre os meses de dezembro de 2010 e janeiro de 2011. Todos estes documentos foram entregues no prazo previsto.

Conforme orientação da Controladoria Geral da União (CGU) foi formalizada uma notificação ao setor de Gestão de Pessoas do IFAC para que fosse providenciado o registro de atos de admissão, concessão de aposentadoria, reforma e pensão dos servidores do IFAC, conforme IN TCU nº 55/07.

Na ocasião repassamos todas as informações referentes aos procedimentos que deveriam ser adotados, bem como sinalizamos a disponibilidade desta UNAI e da própria CGU para que fosse sanada a desconformidade.

Dentro desta mesma demanda, verificando a dificuldade, no mês de outubro de 2010, a CGU convidou o IFAC a participar do treinamento para operação do Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão (Sisac) e Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Entretanto, o setor de Gestão de Pessoas respondeu oficialmente expondo a indisponibilidade em participar do treinamento, devido a evento outrora agendado que coincidia com a data do curso. Em primeiro momento a notificação realizada pela UNAI careceu em atendimento. Pouco tempo depois ocorreu uma mudança na gestão da Instituição e a nova equipe procurou atender a desconformidade, declarada atualmente por esta auditoria como Regularizada.

Após provocação da Controladoria Geral da União (CGU), disponibilizamos todas as informações pertinentes a gestão das obras dos campi do IFAC, situados em Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, empreendimentos estes que estão sob a responsabilidade do Instituto

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), órgão responsável pela implantação do IFAC junto ao Ministério da Educação.

A relação institucional vivenciada pelas duas instituições, IFAC e CGU, durante o segundo semestre de 2010 proporcionou a UNAI a possibilidade de aperfeiçoar suas atividades de controle interno no seio da Instituição.

Ainda em 22 de dezembro de 2010, esta UNAI acompanhou a visita técnica realizada pela CGU a obra do Campus Rio Branco, localizada no Conjunto Habitacional Xavier Maia, mobilizando engenheiros e responsáveis pela aludida obra, para que estes dessem toda guarida às informações solicitadas pelos Auditores da CGU.

Em dezembro de 2010, o Setor de Engenharia e a Auditoria Interna do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) estiveram em Rio Branco para realizar a entrega dos processos de obras dos Campi do IFAC à CGU, tendo que foram submetidos à auditoria. A UNAI acompanhou as visitas realizadas pelos servidores do IFAM aos Campi de Sena Madureira e Rio Branco, fornecendo todas as informações solicitadas.

A Visita Técnica realizada a Unidade de Auditoria Interna (UNAI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) ocorreu entre os dias 17 e 20 de agosto de 2010.

Na ocasião foram apresentadas as experiências da UNAI do IFB nos exercícios correspondentes a 2009 e 2010, além da apresentação das práticas de auditoria utilizadas pela respectiva unidade. O encontro foi coordenado pela Auditora Interna do IFB, Tatiana Fátima Sturme, que além de apresentar as práticas de auditoria realizadas naquela Instituição, também apresentou modelos de papeis de trabalho referentes às atividades de controle interno.

A visita técnica também promoveu a cooperação entre as duas unidades, as quais vivenciam a troca de informações sobre procedimentos de auditoria e acompanhamento da gestão das referidas Instituições.

Quando da visita técnica realizada a Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Brasília, surgiu a oportunidade de também visitar oficialmente a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) do Ministério da Educação (MEC).

A visita contou com a participação dos Auditores Internos do IFB e do Auditor Interno do IFAC. Na ocasião, a equipe de trabalho da AECI apresentou todos os trabalhos realizados pela unidade, trabalhos esses focados na assessoria do Ministro da Educação e das demais unidades de controle internos ligados ao próprio MEC.

O Assessor Especial de Controle Interno do MEC, Carlos Alberto Caldeira, apresentou também todas as ações realizadas por aquela assessoria, indicando os mecanismos de acesso para a gestão de auditoria interna junto aquele Ministério.

No mês de setembro de 2010 ocorreu em Brasília – DF, o Curso de Auditoria e Controle Interno Governamentais, promovido pela Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP).

O curso proporcionou o conhecimento de métodos de abordagem técnica, modelos de organização de auditorias e condutas a serem adotadas pelos Auditores Internos.

O Prof. Paulo Grazziontin, coordenador do curso, repassou modelos e procedimentos adotados pelas auditorias em que chefiou, das quais podemos citar a Unidade de Auditoria Interna da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e da Unidade de Auditoria Interna do Ministério da Pesca.

Durante o curso de Auditoria Governamental realizado pela ABOP, o Professor Paulo Grazziontin proporcionou uma visita técnica a Unidade de Auditoria Interna da (CONAB), para que seus alunos pudessem conhecer a forma de organização das atividades de auditoria daquele Órgão.

A UNAI da Companhia Nacional de Abastecimento apresentou todas as atividades realizadas pela unidade durante o biênio 2008/2010, bem como os procedimentos adotados para a elaboração de documentos importantes para a Auditoria Interna, como Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e o Manual de Auditoria Interna.

A Unidade de Auditoria Interna da CONAB demonstrou possuir um quadro consolidado de servidores, que procura atender a todas as demandas apresentadas pelos Estados. Na ocasião, toda a equipe gestora da UNAI da CONAB apresentou técnicas de auditoria que são utilizadas pelo Órgão.

A UNAI conta atualmente com apenas 01 (um) servidor para responder pela unidade, dispondo também de 01 (uma) sala à qual divide com a Reitoria e Procuradoria Jurídica, com ausência de equipamentos e materiais de expediente, contando apenas com mesa, cadeira e 01 (um) micro computador.

São notórias as orientações dispensadas pela Controladoria Geral da União (CGU) e por este Tribunal de Contas da União (TCU), no sentido de determinar a estruturação das Auditorias Internas das Instituições Públicas Federais, com instalações e quadros de pessoal condignos com a essência da importância dos controles internos.

Está previsto para o mês de maio de 2011 a entrega da obra de construção da sede do Campus Rio Branco, localizada no Conjunto Xavier Maia, o que abrigará definitivamente a estrutura do referido campus, desafogando tanto a Reitoria como o próprio Campus.

Tudo indica que em pouco tempo as dificuldades estruturais serão sanadas, quando que os servidores e a estrutura administrativa do IFAC serão devidamente acomodados.

A Unidade de Auditoria Interna (UNAI) do Instituto Federal do Acre (IFAC) escolheu como prioridade para o período compreendido entre agosto e dezembro de 2010, a elaboração do PAINT 2011 e do RAINIT 2010, sendo que este último importou na continuidade até o final do mês de janeiro de 2011.

Para a elaboração dos referidos documentos a UNAI participou de cooperações técnicas e treinamentos, o que foi essencial para o cumprimento das exigências da Controladoria Geral da União (CGU).

Imperioso observar que para a avaliação do risco da gestão de uma Instituição, há de serem aplicados procedimentos de trabalho com essencial primazia. Com a estrutura que dispunha durante o ano de 2010, restaram por frustradas as atividades, tendo que eleger prioridades.

Deste modo, dado o acanhado tempo e a estrutura de trabalho disponível, sobretudo a impossibilidade de treinamento para esta área específica, restou desvalida à Unidade de Auditoria Interna em sua vontade de aplicar trabalhos de avaliação de risco na Instituição.

7.2.2 Procedimentos de Controle da UNAI desenvolvidas em 2010

Este item também imprime as deficiências e dificuldades apresentadas na questão anterior, tendo que representam a aplicação das atividades de controle interno.

A Unidade chegou a vislumbrar a aplicação de procedimentos de controle interno, o que não foi executado, tendo considerado a prioridade acima apresentada.

Mesmo assim, importante destacar que estas atividades devem ser aplicadas no ano de 2011, quando que o IFAC já dotará de espaço físico apropriado e pessoal suficiente para este magistério.

As atividades da Unidade de Auditoria Interna serão executadas mediante a utilização de técnicas próprias de trabalho, que visam analisar os procedimentos utilizados pela Administração Pública.

Estes procedimentos serão aplicados da seguinte forma:

- a) *Solicitação de auditoria (SA);*
- b) *Análise de material requisitado;*
- c) *Emissão de opiniões da equipe sobre o exame realizado;*
- d) *Solicitações de respostas sobre evidências relevantes;*
- e) *Emissão do Relatório de Auditoria.*

Realizado o procedimento de verificação inicial, a UNAI monitorará por meio de planilhas de acompanhamento, todas as ações com vista ao cumprimento das pendências, que serão exaradas

em Relatórios de Auditoria, que terão como parâmetro as seguintes avaliações/situações finais de acompanhamento (*follow-up*):

- a) **Regularizado:** a pendência encontrada pela UNAI foi sanada pelo gestor;
- b) **Pendente:** a pendência prevalece, considerado que o auditado não buscou dirimir as inconsistências;
- c) **Baixado:** Após as constatações e respectivas recomendações, o gestor decidiu por não corrigir a desconformidade.

As metodologias de controle interno adotadas pela UNAI seguirão as atualizações legais e as recomendações dos órgãos de controle da Administração Pública Federal, no sentido de promover a eficiência e economicidade da gestão pública.

Deste modo, podemos perceber que os procedimentos adotados pela UNAI visam avaliar a performance dos métodos adotados pelos gestores públicos nas atividades no IFAC.

Considerando suas carências, a UNAI promoveu o papel informar ao gestor as questões evidentes e relevantes para o cumprimento da legislação em vigor.

Podemos destacar o cumprimento da IN TCU nº 55/07, que após devida notificação da Controladoria Geral da União (CGU) e da Unidade de Auditoria Interna (UNAI) foi regularizado pela Administração.

Apenas para lembrar, na ocasião o setor responsável pela Gestão de Pessoas do IFAC foi notificado para que fosse providenciado o registro de atos de admissão, concessão de aposentadoria, reforma e pensão dos servidores do IFAC, conforme IN TCU nº 55/07.

A notificação careceu de cumprimento, o que implicou na comunicação imediata do Reitor da Instituição, que logo promoveu as providências necessárias para sanar a referida desconformidade.

Na ocasião repassamos todas as informações referentes aos procedimentos que deveriam ser adotados, bem como sinalizamos a disponibilidade desta UNAI e da própria CGU para sanar a desconformidade.

Apesar da previsão oportuna no que diz respeito ao monitoramento das atividades implementadas, podemos adiantar que seguem também a prisma das demais demandas que são essenciais a aplicação de procedimentos de controle interno, que esbarraram na deficiência da unidade, o que impossibilitou a devida execução.

Contudo, podemos informar que o monitoramento das ações desenvolvidas pela UNAI estavam fundamentadas na elaboração de programas de auditoria, elaboração de Questionários de Avaliação dos Controles Internos (QACI), acompanhamento de supostas recomendações e aplicação de sistema informatizado de controle interno, o que não foi possível cumprir oportunamente.

Tendo como frustradas estas iniciativas em 2010, estima-se que para o ano de 2011 serão aplicadas os trabalhos necessários de acompanhamento, para que assim sejam eficientes as atividades da Instituição.

Nesta premissa, a Unidade de Auditoria Interna acompanhou o trabalho da Corte de Contas, o que constatou que nenhuma deliberação ou recomendação foi exarada em acórdão ou recomendações foi proferido no exercício de 2010 diretamente ao IFAC.

Como dito alhures, as atividades da UNAI restaram por limitadas durante o exercício de 2010, considerando inclusive seu pequeno tempo de funcionamento e estrutura disponíveis, o que importou na priorização de atividades pontuais e restrições na confecção de relatórios.

8. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL (PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Informações quanto a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.

Quadro XXX – Gestão ambiental e licitação sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:			X		
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

**9. BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL
(PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010)**

9.1 Gestão de bens Imóveis de Uso Especial

Esta UJ não detém GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL , motivo pelo qual o item “9” não se aplica ao IFAC.

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TEC Nº107, DE 27 10/2010)

10.1 Gestão de Tecnologia da Informação

Informações sobre a gestão de tecnologia da informação.

Quadro XXXI – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
			2		
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			X		
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
			20%		
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

11. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

**(PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.
INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS)**

Esta UJ não detém registro de renúncia tributária no exercício de 2010, motivo pelo qual o item “11” não se aplica ao IFAC.

**12. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU
(PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.
INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS
DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE
AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO)**

Não houve nenhuma deliberação, uma vez que o TCU determinou nenhuma providência ou recomendou alguma ação; com relação ao relatório de auditoria da unidade não houve nenhuma recomendação.

**B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº107/2010 – INFORMAÇÕES
CONTÁBEIS DA GESTÃO**

13. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

(PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107 /2010 DE 27/10/2010)

13.1 Declaração Plena do Contador

Quadro XXXII – Declaração do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE			158156
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p align="center">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	RIO BRANCO – ACRE	Data	31/03/2011
Contador Responsável	Samara Joseane da Silva Amorin	CRC nº	001002/O-4
	Thiago Euzebio Martins Pinheiro		001589/O-7

14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº107 , DE 27/10/2010

Esta UJ é uma autarquia, regida pela Lei 4.320/64.

**C. PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO
POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

**15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº57, DE 27/10/2010 - INFORMAÇÕES
SOBRE A CONFORMIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO
PARTIDÁRIO**

Essa UJ não tem vinculação com a Justiça Eleitoral

16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº57, DE 27/10/2010 - INFORMAÇÕES A RESPEITO DOS SALDOS DOS FINANCIAMENTOS, RENEGOCIAÇÕES, AÇÕES DE EXECUÇÃO, RESSARCIMENTOS E INADIMPLÊNCIA DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO

Não se aplica ao IFAC

17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº57, DE 27/10/2010 - INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO Nº TCU 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES - ACÓRDÃO 2.267/2005 - TCU

Durante o ano de 2010 o IFAC buscou construir indicadores institucionais que, ao mesmo tempo, refletissem a realidade do IFAC, do Estado do Acre, e atendessem à necessidade premente de ofertar, com qualidade, vagas em todos os Campi deste Instituto.

A principal dificuldade encontrada foi a falta de um sistema informatizado nas Coordenações de Registro Acadêmico dos *campi*, bem como a grande escassez de material humano, uma vez que a nomeação dos primeiros servidores de carreira deste Instituto ocorreu no início do 2º semestre do ano de 2010.

Infelizmente a alimentação dos sistemas de preenchimento anual, como os censos escolares, e do e-mec, que informatiza os processos de regulação dos cursos superiores, não estão devidamente alimentados. Além dos sobreditos, são dois os sistemas de acompanhamento do MEC: o Sistec – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica congrega informações sobre todos os cursos, turmas e alunos atendidos pelo IFAC e o SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle, que acompanha a execução das metas físicas definidas para o IFAC na Lei Orçamentária Anual e é de preenchimento mensal com quantitativo de alunos atendidos, o que também pode ser informado pelo Sistec, que não foram alimentados devidamente.

Ressalta-se que a ausência de matrícula dos alunos de cursos superiores, deveu-se a determinação judicial de suspensão do processo seletivo daqueles cursos, nos termos da ação civil pública 4835-38.2010.4.01.3000, que corre perante a 1ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Acre.

Uma dificuldade concreta na obtenção dos dados reside na ausência na alimentação dos sistemas sobreditos e na troca de informações via sistemas informatizados.

Registro, que o SigaEdu, módulo de gestão acadêmica que vem sendo desenvolvido pela Setec, será o sistema de gestão acadêmica dos Institutos Federais, ainda não esta operacional. Espera-se que, com ele, a migração de dados entre os sistemas seja melhor realizada e agilizada.

Ademais, reitera-se que o IFAC é uma Autarquia que surgiu do nada motivo pelo qual grande parte do sistemas, deixaram de ser preenchidos em razão da deficiência de pessoal.

Abaixo segue os indicadores Acadêmicos nos termos do Acórdão 2.267/2005 – TCU – Plenário

17.1 Indicadores acadêmicos – Acórdão 2.267/2005 - TCU

Para compreender a análise feita dos indicadores de gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT determinados pelo Acórdão 2.267/2005-TCU é preciso relembrar a situação específica do IFAC. Até o primeiro semestre de 2010, o IFAC estava em processo de implantação no Estado do Acre, com a construção das instalações dos *Campi*. Foram implantados três *Campi* nas cidades de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira e um *Campus* Avançado na cidade de Xapuri. Até então, não havia ofertas de vagas.

Com a realização de concurso público para técnicos e docentes em março de 2010 e a admissão destes em junho de 2010, além da locação de espaços provisórios, pôde-se realizar processo seletivo para ingresso de novos alunos no segundo semestre de 2010.

Na tabela abaixo estão os indicadores institucionais de cálculo obrigatório, em atendimento ao Acórdão 2.267/2005-TCU, com vistas à aferição dos produtos, serviços e resultados atingidos pela gestão.

Quadro XXXIII – Indicadores educacionais

	2010
Relação Candidato/Vaga	42,5
Relação Ingressos/Alunos	100%
Concluintes/Alunos	0%
Índice de Eficiência Acadêmica – concluintes	0%
Índice de Retenção do Fluxo Escolar	38,5%
Relação Alunos/Docente em tempo integral	4,81
Índice de Titulação do Corpo Docente	42% (Mestres e Doutores)

17.1.1 Relação Candidato /Vaga

DEFINIÇÕES: Inscrições = número de inscrições para o processo seletivo; Vagas Ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de processo seletivo.

MÉTODO DE CÁLCULO: Inscrições/Vagas.

O IFAC recebeu 17 mil inscrições para concorrer as **400 vagas** abertas no segundo semestre de 2010. Em todos os Campi o processo de seleção ocorreu na forma de sorteio, sem reserva de vagas para ações afirmativas.

O Campus Rio Branco abriu 160 vagas, sendo duas turmas para o Curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática, na modalidade PROEJA, uma turma para o Curso Técnico Subseqüente em Cooperativismo e uma turma para o Curso Técnico Subseqüente em Segurança no Trabalho. O *Campus* Cruzeiro do Sul abriu 80 vagas, sendo uma turma para o Curso Técnico Subseqüente em Controle Ambiental e uma turma para o Curso Técnico Subseqüente em Agropecuária. O Campus Sena Madureira abriu 80 vagas, sendo uma turma para o Curso Técnico Subseqüente em Agroecologia e uma turma para o Curso Técnico Integrado em Cooperativismo, na modalidade PROEJA. O Campus Avançado de Xapuri abriu 80 vagas para uma turma no Curso Técnico Subseqüente em Meio Ambiente e uma turma para o curso Técnico Subseqüente em Agroecologia.

Quadro XXXIV – Relação candidato/vaga

	2010
Candidatos inscritos	17.000
Vagas ofertadas	400
Relação Candidato / Vaga	42,5

A Relação Candidato/Vaga demonstra a procura objetiva de alunos pelos cursos oferecidos pela instituição e a enorme necessidade de oferta de novas vagas para atender a demanda da sociedade local.

17.1.2 Relação Candidato /Vaga

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

MÉTODO DE CÁLCULO: (Número de Ingressos/ Alunos Matriculados) x 100.

Quadro XXXIV – Relação candidato/vaga

	2010
Ingressantes	400
Matriculados	400
Relação ingressos/alunos	100%

Como todos os alunos ingressaram pela primeira vez no IFAC, não houveram matrículas referentes a período anterior ou matrículas reativadas.

17.1.3 Relação Concluinte/aluno

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

MÉTODO DE CÁLCULO: (Número de Concluintes Total: manhã, tarde, noite, integral/Alunos matriculados) x 100.

Como atualmente o IFAC vive uma fase de implantação, até o presente momento não houve conclusão de nenhuma turma nos Cursos ofertados pelo IFAC. A previsão conclusão das primeiras turmas do IFAC está para julho de 2012.

Quadro XXXV – Relação concluinte/aluno

	2010
Concluintes	0
Matriculados	400
Relação concluintes/alunos	0%

A relação concluintes/aluno identifica quantos dos matriculados da instituição terminam seus cursos. Quando a capacidade plena do IFAC estiver instalada, a tendência é de que o número de ingressantes se aproxime do número de conclusões, o que vai demonstrar um ciclo de formação contínua na instituição.

17.1.4 Índice de Eficiência Acadêmica - concluintes

DEFINIÇÕES: Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau. Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

MÉTODO DE CÁLCULO: $(\Sigma \text{N}^\circ \text{ de concluintes} / \Sigma \text{N}^\circ \text{ de Ingressos ocorridos por período equivalente}) \times 100$.

Quadro XXXVI – Relação concluinte/aluno

	2010
Concluintes	0
Ingressos	400
Relação concluintes/alunos	0%

Como o IFAC não tem concluintes oriundos dos cursos oferecidos até a presente data, ainda não é possível apresentar índice significativo de eficiência. A previsão conclusão das primeiras turmas do IFAC está para julho de 2012.

17.1.5 Índice de Retenção do Fluxo escolar

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. Retenção Escolar refere-se à sub-divisão: reprovação e trancamento.

MÉTODO DE CÁLCULO: $[(\text{Número de Alunos Retidos} = \text{Reprovação} + \text{Trancamento}) / \text{Alunos matriculados}] \times 100$.

Quadro XXXVII – Índice de retenção do fluxo escolar

	2010
Alunos Retidos	154
Alunos Matriculados	400
% alunos retidos	38,5%

O Índice de Retenção do Fluxo Escolar tem por objetivo identificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos matriculados. O TCU entende como retenção o número de reprovações e de trancamento de matrículas.

O índice elevado de retenção se deve, entre outros fatores, a estrutura física precária onde os *Campi* foram instalados provisoriamente, devido ao atraso nas obras de construção das sedes dos *Campi*.

17.1.6 Relação aluno/docente em tempo integral

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. O docente em tempo integral presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais.

MÉTODO DE CÁLCULO: Número de Alunos Matriculados/Número de Docentes.

Tabela x: Relação Alunos/Docente em tempo integral – IFAC

Quadro XXXVIII – Relação alunos docentes em tempo integral

	2010
Alunos Matriculados	400
Docentes	83
Relação alunos/docentes	4,81

Todos os professores que ingressaram no IFAC em 2010 através de concurso público possuem regime de trabalho de dedicação exclusiva. Como foram abertas apenas dez turmas em 2010, a proporção de alunos em relação ao número de professores ficou baixa. No entanto, este número tende a aumentar em 2011, com a abertura de 16 turmas novas no primeiro semestre de 2011, o que corresponde a 640 novas vagas.

Fazendo uma projeção para abertura de novas turmas nos cursos já existentes e em novos cursos, verificar-se-á, no primeiro semestre de 2011, um incremento de 160% no número de matrículas do IFAC.

17.1.7 Índice de titulação do Corpo docente

Em 2010, foram admitidos 83 professores no quadro docente do IFAC. Destes, 08 são doutores, 27 são mestres e 48 são graduados. No total, 42,2% do corpo docente possui titulação (mestrado ou doutorado).

Quadro XXXIX – Índice de titulação do corpo docente

Título	Quantidade	2010
Doutor	08	9,6%
Mestre	27	32,6%
Graduado	48	57,8%
Total	83	100%

17.2 Indicadores administrativos – Acórdão 2.267/2005 - TCU

17.2.1 Gastos correntes por alunos

Definições: Consideram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, Inativos e pensionistas. O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

Método de Cálculo: Divisão do total de gastos acima definido pelo número de matrículas do mesmo ano. $\text{Gastos Correntes por Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Alunos Matriculados}}$. Onde $\text{Total de gastos} = \text{total de gastos} - \text{Investimentos} - \text{Inativos Pensionistas}$.

Quadro XL – Gastos correntes por alunos

	2009	2010
Total de Gastos	*	R\$3.152.321,40
Matriculados	*	400
Gastos correntes por alunos	*	R\$7880,80
*No ano de 2009 as atividades de implantação eram geridas pelo IFAM e as atividades de ensino só foram iniciadas em 2010		

Os gastos correntes por aluno refletem a realidade de uma instituição em implantação. Informa-se que as atividades de ensino foram iniciadas no segundo semestre 2010 e mesmo com instalações provisórias a Instituição alcançou o número de 400 matrículas, com o esforço de colocar todas as unidades em funcionamento e expandindo oferta para um novo campus avançado no Município de Xapuri.

As dificuldades de pessoal e de instalações físicas foram impeditivas de uma melhora no referido indicador, já que as obras sob a tutela do IFAM encontram-se atrasadas. A perspectiva para 2011 é de melhora diante da entrega do campus Cruzeiro do Sul, Rio Branco e da doação do Campus Xapuri pelo Governo do Estado.

Destaca-se, ainda, que a Justiça Federal determinou o cancelamento de 180 vagas de ensino superior na Ação Civil Pública nº.4835-38.2010.4.01.3000, que tramita na primeira Vara Federal do Estado do Acre.

17.2.2 Percentual de Gastos com Pessoal

Definições: Gasto com Pessoal: Gastos com servidores ativos, inativos pensionistas, sentenças judiciais e precatórios. Gastos totais: Gastos totais de todas e todos os grupos de despesa.

Método: $(\text{total de Gastos com pessoal} / \text{gastos totais}) \times 100$.

Quadro XLII – Percentual de Gastos com Pessoal

	2009	2010
Total de Gastos com Pessoal	*	R\$689.440 **
Gastos Totais	*	R\$ 18.839.671
Percentual de Gastos com Pessoal	*	4%
* No ano de 2009 as atividades de implantação eram geridas pelo IFAM.		
** Dados extraídos do SIAFI 2010 – base 28/04/2011		

O Percentual de gastos com pessoal reflete a fase inicial da Instituição que só recebeu seus primeiros servidores efetivos em junho de 2010, até então as atividades eram geridas pelo Instituto Federal do Amazonas. O Gasto de pessoal para 2011 tende a aumentar face a inclusão de novos servidores na folha.

17.2.3 Percentual de Gastos com Outros Custeios

Definições: Gastos com outros custeios (gastos totais do OCC) menos (-) (benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras). Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesas.

Método de Cálculo: $(\text{Total de gastos Custeios} / \text{Gastos Totais}) \times 100$. Onde total de gastos com outros custeios = Total de gastos com outros despesas correntes- (assistência pré-escolar+auxílio transporte+ auxílio alimentação).

Quadro XLIII – Percentual de gastos com outros custeios

	2009	2010
Gastos com outros custeios	*	R\$3.285.408
Gastos Totais	*	R\$18.839.671
Percentual de Gastos	*	17%
* No ano de 2009 as atividades de implantação eram geridas pelo IFAM.		

Os gastos relativos a outras despesa de custeio é típica de um instituição em implantação, com realização de concurso, início do processos de terceirização, diárias e passagens para qualificação dos novos servidores e novos dirigentes. O percentual demonstra portanto o investimento da criação da estrutura inicial da Instituição.

17.2.4 Percentual de Gastos com Investimentos

Definições: Investimentos: Despesas destinadas ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Inversões financeiras: despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas o entidades de qualquer espécie, já contituídas, quando da operação não importe aumento de capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros. Gastos totais: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

Método de Cálculo: (total de gastos com despesas de Investimentos e Inversões Financeiras/Gastos totais) X 100

Quadro XLIV– Percentual de Gastos com Investimentos

	2009	2010
Investimentos ou Inversões Financeiras	*	R\$14.864.823
Gastos totais	*	R\$18.839.611
Investimento/Gatos totais	*	79%

Os números acima refletem o memento do IFAC de construir e equipar os campi provisórios e definitivos, sem prescindir da qualidade destes gastos públicos. A grande monta dos recursos investimentos no exercício de 2010 foi direcionada para as obras, compra de equipamentos, material escolar, laboratórios e veículos para a estrutura inicial do IFAC. Nos próximos anos, esse percentual deve se manter estável face a continuidade da expansão de unidades da Instituição e da criação da estrutura básica de funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N°57, DE 27/10/2010

Não se aplica ao IFAC.

19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N°57, DE 27/10/2010

Não se aplica ao IFAC

20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N°57, DE 27/10/2010

Não se aplica ao IFAC.

21. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº57, DE 27/10/2010

Não se aplica para o IFAC.

ANEXOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Pró-reitoria de Administração e Planejamento

DECLARAÇÃO

Atesto que as informações referentes a contratos e convênios, correspondentes ao exercício 2010, não foram lançados na sua integralidade nos sistemas SIASG e SICONV, estando sendo regularizadas nesse exercício após análise detalhada.

Rio Branco, 20 de maio de 2011.

Marcelo Coelho Garcia
Pró-reitor de Administração e Planejamento
Portaria/IFAC n.º 60, de 18/02/2011